

**Literatura,
história,
etnicidade
e educação:
estudos nos contextos
afro-brasileiro, africano
e da diáspora africana**

Reitor

Bruno Ademar Mentges

Pró-Reitora de Ensino

Helena Confortin

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Sandro Rogério Vargas Ustra

Pró-Reitor de Administração

Clóvis Quadros Hempel

Campus de Frederico Westphalen

Diretor Geral

César Luís Pinheiro

Diretora Acadêmica

Edite Maria Sudbrack

Diretor Administrativo

Nestor Henrique De Cesaro

Campus de Erechim

Diretor Geral

Luiz Mário Spinelli

Diretor Acadêmico

Arnaldo Nogaro

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

Campus de Santiago

Diretor Geral

Clóvis Fernando Bem Brum

Diretora Acadêmica

Maria Saléti Reolon

Diretor Administrativo

Francisco de Assis Górski

Campus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretora Acadêmica

Dinalva Agissé Alves de Souza

Diretor Administrativo

Rosane Maria Seibert

Campus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sônia Regina Bressan Vieira

Campus de Cerro Largo

Diretora Geral

Marlene Teresinha Trott

Conselho Editorial:

Presidente

Denise Almeida Silva (URI)

Conselho Editorial

Adriana Rotoli (URI)

Alexandre Marino da Costa (UFSC)

Antonio Carlos Moreira (UNOESC/URI)

Breno Antonio Sponchiado (URI)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPel)

Claudir Miguel Zuchi (URI)

Dieter Rugard Siedenberg (UNISC)

Edite Maria Sudbrack (URI)

Gelson Pelegrini (URI)

José Alberto Correa (Universidade do Porto, Portugal)

Leonor Scliar-Cabral *Professor Emeritus* (UFSC)

Liliana Locatelli (URI)

Luis Pedro Hillesheim (URI)

Márcia Lopes Duarte (UNISINOS)

Maria Arleth Pereira (UFSM)

Marília dos Santos Lima (PUC-RS)

Nestor Henrique De César (URI)

Patrícia Rodrigues Fortes (CESNORS/FW)

Denise Almeida Silva
Conceição Evaristo (Org.)

Literatura, história, etnicidade e educação:

estudos nos contextos
afro-brasileiro, africano e
da diáspora africana

Frederico Westphalen



2011

© 2011 by Denise Almeida Silva; Conceição Evaristo (Org.)

Revisão: Denise Almeida Silva, Francieli Nascimento,
Gustavo Menegusso, Vanderleia Skorek

Capa/Arte: Sara Spolti Pazuch

Projeto gráfico e Diagramação: Denise Almeida Silva,
Franciele da Silva Nascimento, Vanderleia Skorek

Impressão: Grafimax Gráfica Editora

**O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as)
autores(as).**

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

L756 Literatura, história, etnicidade e educação : estudos nos contextos
afro-brasileiro, africano e da diáspora africana / Org. Denise
Almeida, Conceição Evaristo. – Frederico Westphalen: URI, 2011.
333p.

ISBN 978-85-7796-062-0 (Série Novos Olhares, v. 2)

1. Literatura afro-brasileira. 2. Literatura africana. 3. Literatura. 4.
Diáspora africana. 5. História. 6. Etnicidade. 7. Educação. I. Silva,
Denise Almeida. II. Evaristo, Conceição. III. Título.

CDU 82.09

Bibliotecária Gabriela de Oliveira Vieira CRB 10/2044



Editora: URI

URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 8, Sala 108

Campus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265

E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@fw.uri.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

- 07 APRESENTAÇÃO
Denise Almeida Silva
Conceição Evaristo
- 13 **I. HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO:**
ENSAIOS SOB UMA PERSPECTIVA AFRO- BRASILEIRA
- 15 O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL
Amauri Mendes Pereira
- 45 LITERATURA E EDUCAÇÃO SEGUNDO UMA PERSPECTIVA
AFRO-BRASILEIRA
Conceição Evaristo
- 55 CLUBES SOCIAIS NEGROS E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ASSENTE NO LEGADO
AFROBRASILEIRO
Giane Vargas Escobar
- 69 HOMENS SEM SOBRENOME: TRABALHO, RESISTÊNCIA E REDES SOCIAIS NAS
RELAÇÕES SERVIS NO NORTE-NOROESTE DO RS – SÉCULO 19
Leandro Jorge Daronco
- 95 REVISITANDO O CINEMA NEGRO BRASILEIRO: POR UMA ESTÉTICA DA
RESISTÊNCIA
Cassio Tomaim
- 117 **II. ENTRE SILENCIAMENTOS E AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS:**
O ESPAÇO DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA
- 119 BRANQUITUDE E CRÍTICA LITERÁRIA
Uruguay Cortazzo
- 131 LITERATURA NEGRA: UMA POÉTICA DE NOSSA AFRO-BRASILIDADE
Conceição Evaristo
- 147 LIMA BARRETO: O TRAUMA DA ESCRAVIDÃO, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA EM
RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA
Ricardo André Ferreira Martins
- 169 ELEMENTOS DIASPÓRICOS NA TRAJETÓRIA POÉTICA DE OLIVEIRA SILVEIRA,
1970-1994
Ana Beatriz Gonçalves da Silva
- 183 POÉTICA NEGRA BRASILEIRA, DO BARROCO AO MODERNISMO: AFIRMAÇÃO
DE ESPAÇOS E SAGRAÇÃO DE VALORES
Jorge de Souza Araújo
- 195 A NEGAÇÃO DA AFROBRASILIDADE NA LITERATURA BRASILEIRA
Adeitalo Manoel Pinho

- 219 A CULTURA NEGRA E A LITERATURA GAÚCHA: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DE OPRESSÃO
João Luis Pereira Ourique
- 233 **III. DIÁLOGOS: LITERATURAS AFRICANAS E DA DIÁSPORA AFRICANA**
- 235 MIA COUTO E CUTI: O NEGRO NO DISCURSO PÓS-TRAUMÁTICO EM “A PRINCESA RUSSA” E “LEMBRANÇA DAS LIÇÕES”
Lizandro Carlos Calegari
- 253 A IDENTIDADE HOMEM/CHUVA NOS UNIVERSOS MÍTICO-SIMBÓLICOS DE **A CHUVA PASMADA E LA CARTE D’IDENTITÉ**
Benvidá Caldeira Lavrador
- 265 TEXTUALIDADE DO REVIDE: ECOS DE VOZES SILENCIADAS EM **IMITAÇÃO DE SARTRE & SIMONE DE BEAUVOIR**
Rejane Seitenfus Gehlen
- 281 ENTRE ESTRATÉGIAS DE BRANQUEAMENTO E AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS: **CRICK –CRACK, MONKEY**
Denise Almeida Silva
- 297 DORES NEGRAS, CULTURAS HÍBRIDAS: CONCEIÇÃO EVARISTO E GAYL JONES
Stelamaris Coser
- 313 NOTAS
- 327 SOBRE OS AUTORES

Apresentação

Este volume reúne ensaios sobre literatura, história, etnicidade e educação, centrados nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana. Transitando entre as fronteiras conceituais da antropologia, historiografia, psicanálise e teoria literária, e acolhendo, ainda, debates dos domínios dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, os ensaios aqui reunidos analisam, sob múltiplos olhares, a cultura e literatura negra. Outra não poderia ser a orientação destes estudos: como separar a cultura de um povo da ambiência sócio-cultural que a gerou? Impensável também seria isolar a literatura artificialmente em torre de marfim, deixando de considerá-la a partir da rede de articulações que a constituem. E então, quando se consideram o texto, *mas também* a cosmovisão autoral, as conjunturas sócio-culturais que a influenciaram, e o leitor, que constantemente recria e ressignifica a obra, como ignorar o componente histórico?

No contexto deste livro, lembramos história como uma construção, que muitas vezes mascara o fato de que convivem, sincronicamente, povos com histórias e trajetórias marcadamente diferentes. A geógrafa inglesa Doreen Massey urge a que, deixando para trás a cosmologia da “única narrativa” que tem caracterizado a mentalidade ocidental e contribuído para obliterar existências e narrativas à margem das hegemonias dominantes, ampliemos o olhar em visão que registre a pluralidade das histórias contemporâneas. (MASSEY, 2009, p. 24; 29). Virão a lume, assim, narrativas até agora silenciadas, ou pouco ouvidas, como, por exemplo, a do negro dentro do panorama geral da história (literária ou não) brasileira. Só então, por-se-á a nu a pretensa e democrática igualdade, dita desprovida de racismo, preconceito e discriminação, denunciada pelo geógrafo negro brasileiro Milton Santos, que assinala a impossibilidade de se ocultar o fato de que, no Brasil,

há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjetivada dessa

maneira. Trata-se, na realidade, de uma forma do apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil". (SANTOS, 2000).

Essas considerações levam a reflexões sobre o terceiro termo no título desta coletânea- etnicidade. Desde o início, a concepção deste livro esteve profundamente comprometida com o conceito. Fruto, como os outros volumes da série, do curso de extensão Novos Olhares ao Texto Literário, anualmente oferecido pelo Departamento de Linguística, Letras e Artes da URI, a coletânea necessariamente havia de centrar-se no estudo da afrocultura e da literatura afro-brasileira, africana e da diáspora africana, visto que essa foi a temática desenvolvida no curso oferecido em 2010. Nesse curso atuou, como docente de memorável minicurso, Conceição Evaristo- daí a parceria na presente empreitada. Este volume, contudo, não se confunde com a transcrição das palestras e mesas-redondas oferecidas: a esse propósito serviram os Anais. Como anima a concepção da Série Novos Olhares, especialistas são convidados a contribuir; somos imensamente gratas aos professores e pesquisadores que, generosamente, socializaram seus saberes, contribuindo para que este volume viesse a lume.

O enfoque na temática negra busca ampliar as reflexões em torno do último termo que compõe o título deste volume: educação. Com a força própria do reprimido, subitamente trazido a centro-palco e iluminado pelo holofote legal, eis que o termo etnia, (na verdade subtendido, ou melhor, substituindo o vocábulo raça, dados os equívocos que essa palavra pode causar) particularmente quando empregado com relação à pessoa, assusta, surpreende e provoca toda a sorte de paixões. Entretanto, valorizar a identidade negra pressupõe, primeiramente, o entendimento dos jogos de dissimulação, enfrentamento e tensões que regem as relações raciais brasileiras.

No âmbito educacional, as ações afirmativas visando à implementação da Lei 10.639/03 explicitaram a falta de conhecimento, não só dos professores regentes, mas de todos profissionais, nas diversas instâncias do sistema educacional, a respeito dos africanos e de seus descendentes no Brasil. E conhecimento, afirma Pedro Demo, "detém *potencialidade*

disruptiva, no sentido de que seu gesto primeiro é desconstrutivo, questionador” (2005, p. 38, grifo do autor). Talvez isso se deva ao fato, apontado por Morin ao comentar a incerteza do conhecimento, de que o inesperado surpreende. O pesquisador francês ressalta que “nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e idéias, e estas não têm estrutura para acolher o novo” Contudo, este brota sem parar, e é preciso desenvolver a capacidade de rever nossas teorias e ideias, ao invés de “deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo” (MORIN, 2005, p. 30). Há, pois, a necessidade de um processo educativo e, lembrando ainda Morin, a educação deve ilustrar o princípio da unidade/diversidade em todas as suas esferas, ou nas palavras do estudioso, é tarefa da educação “cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade” (MORIN, 2005, p. 55).

Dedicar um volume ao estudo da literatura e cultura negra, vistas como um *corpus* literário e mundividência distintas, equivale a celebrar a unidade dentro da pluralidade, e trazer a centro o que, via de regra, ocupa ainda a margem. Assim, não surpreende que três dos contribuintes deste volume sentiram a necessidade de, a partir de diferentes ângulos, meditar sobre a educação no contexto da afro-cultura. Esses ensaios abrem a coletânea. Inicialmente, Amauri Mendes Pereira reflete acerca do ensino da História da África e a questão racial no Brasil, interrogando as epistemologias que orientam tal ensino e seu alcance sócio-educacional potencial; Conceição Evaristo ressalta a necessidade de uma troca radical de olhar frente aos conteúdos e currículos escolares ao se pensar a educação segundo uma perspectiva afro-brasileira, e Giane Vargas Escobar analisa como a educação popular assente no patrimônio é instrumento de mudança, através da formação de sujeitos que se tornem conscientes de seu potencial de iniciativa e de controle do presente e do futuro. Completam a seção inicial da obra os estudos de Leandro Jorge Daronco, sobre o modo como as novas interpretações históricas permitiram renovar a compreensão da escravidão, alçando os cativos a sujeitos históricos, e de Cássio Tomaim, que analisa o conceito de cinema negro brasileiro, e estuda suas políticas de representação e evolução histórica.

A segunda seção da coletânea centra-se no estudo da natureza, abrangência e história da literatura afro-brasileira. Este

é um assunto ainda em debate, em que convivem visões muitas vezes contraditórias e controversas, que refletem a imensa dificuldade conceitual que ainda vigora entre nós sobre essa temática. Esta coletânea reflete, em seus ensaios, a diversidade desses debates; foi nossa opção, como organizadoras, não impor uma linha conceitual, mas propiciar ao leitor amplo panorama das ideias sobre o tema. Note-se, a propósito, que a vacilação conceitual manifesta-se, inclusive, na própria denominação dada a essa literatura. Como organizadoras, era necessário fazermos uma opção quanto à nomenclatura adotada ao intitular a obra. Para referência à poética negra praticada em território brasileiro, optamos pelo termo literatura afro-brasileira, pois cremos que uso do adjetivo hifenizado distingue uma produção literária criada a partir de sujeitos cuja assunção de uma nacionalidade, também hifenizada, “afro-brasileira”, além de reportar à ascendência africana de seus/suas criadores/as, intencionalmente marca o lugar político, de sujeitos que, por injunções históricas, reivindicam identidades pessoal e coletiva específicas na nação brasileira. Por outro lado, o título dessa segunda parte, “Entre silenciamentos e afirmações identitárias”, expressa, de certa forma, nossa visão sobre a história da literatura do negro e sobre o negro no Brasil. São ensaios que nos permitem uma percepção de como o texto literário, produtor e reproduzidor de sentidos, pode se constituir como um mecanismo de exclusão de indivíduos e de grupos, assim como pode se estabelecer como um espaço de reivindicação e afirmação de identidades historicamente subjugadas. Permite-nos, ainda, a observação de quando o texto literário apropria-se do negro como objeto de discurso e de quando o negro apropria-se do discurso literário, para se constituir como autoridade/autoria de uma fala, em que ele se apresenta como sujeito e objeto de seu próprio discurso.

Essa segunda seção oferece ao leitor, inicialmente, um debate introdutório sobre o conceito de literatura negra promovido por Uruguay Cortazzo. Dialogando com o texto de Cortazzo, Conceição Evaristo pensa a literatura negra como um *corpus* literário específico no interior da Literatura Brasileira, que se constitui como produção escrita marcada por uma subjetividade construída a partir da vivência da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira. Na linha de afirmações identitárias negras, Ricardo André Ferreira Martins enfoca Lima Barreto e o modo como **Recordações do**

escrivão Isaías Caminha compartilha, transmite, ressignifica, retrama e narra as experiências traumáticas históricas do negro brasileiro; Ana Beatriz Gonçalves da Silva analisa os elementos diaspóricos na obra do poeta negro riograndense Oliveira Silveira, evidenciando seu processo de amadurecimento e assunção de identidade afro-descendente e gaúcha ao longo da trajetória literária percorrida entre 1970 e 1994. Por outro lado, silenciamentos são lembrados por Jorge Araújo, cujo ensaio denuncia estratégias de branqueamento, Adeíalo Manoel Pinho, que estuda a negação da afrobrasilidade na literatura brasileira em duas obras, e João Luis Pereira Ourique, que oferece reflexão sobre como a produção literária vinculada a uma identidade gaúcha, no contexto da região do Prata, sugere o apagamento da cultura negra através de evidências da naturalização de preconceitos calcados em um racismo opressor.

A terceira e última parte desta coletânea, “Diálogos: literaturas africanas e da diáspora africana”, apresenta viés predominantemente comparatista. Lizandro Carlos Calegari compara contos de Cuti e Mía Couto, e alerta para o valor purgativo e mnemônico da narrativa de traumas históricos sofrido pelo negro; Benvinda Caldeira Lavrador detém-se na apreciação da chuva enquanto elemento mítico-simbólico em análise comparativa de dois textos emblemáticos da literatura africana, um de expressão lusófona (Moçambique), e outro de expressão francófona (Costa do Marfim), respectivamente **A chuva pasmada**, de Mía Couto, e **La carte d’identité**, de Jean Marie-Adiaffi. Ainda atendo-se à literatura africana de expressão portuguesa, Rejane S. Gehlen analisa o papel da textualidade construída sob a ótica do subversivo, do antropofágico, na contística pós-colonial do escritor angolano João Melo. Os dois últimos textos deste volume alongam o olhar à produção literária da diáspora africana: Denise Almeida Silva estuda a tensão entre estratégias de branqueamento e afirmações identitárias em **Crick-Crack, Monkey**, da romancista negra trinidadense Merle Hodge; por fim, Stela Coser compara dois romances que abordam os efeitos da herança colonial no Brasil sobre o negro: **Corregidora** (1975), da romancista afro-americana Gayl Jones, e **Ponciá Vicêncio** (2003), de Conceição Evaristo.

Por fim, cabe-nos enfatizar que os variados pontos de vista dos ensaios aqui apresentados não correspondem necessariamente ao das organizadoras, mas, como pesquisadoras

da área de literatura, somos seduzidas pela batalha semântica que se trava no interior da linguagem e que revela o jogo de tensões profundas que permeiam as sociedades africanas e as que delas são oriundas nas Américas.

Boa leitura, é o que desejamos!

Denise Almeida Silva

Conceição Evaristo

Referências

DEMO, Pedro. **Éticas multiculturais**; sobre convivência humana possível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2005.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje: Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de S. Paulo**, S. Paulo, Mais— Brasil 501 d.c., 07 maio 2000.

**I. HISTORIA, CULTURA E
EDUCAÇÃO:**
Ensaaios sob uma perspectiva
afro-brasileira

O ensino de História da África e a questão racial no Brasil

AMAURI MENDES PEREIRA

Ao meu pai, que soube insistir na poesia da vida.

A pretensão é tecer algumas considerações sobre o ensino de História da África no Brasil: sobre escolhas bibliográficas, e sobre afinidades com determinado tipo (conceitual, teórico e/ou metodológico) de abordagem e análise. A motivação inicial vem de múltiplos trabalhos: de Franz Fanon (1974), e sua anterioridade anti-essencialista sobre características “raciais”; de Paul Gilroy (2001) e sua “viagem” sobre o papel fundamental do Atlântico Negro, a imensidão, longevidade e intensidade dos processos políticos, econômicos e sociais e das trocas culturais nos processos que fundaram a modernidade; de Edward Said (2001), que desvendou a falácia das representações do oriente por pensadores ocidentais “orientalistas”, como fator de domínio material e simbólico. De Muniz Sodré (1983), que pôs os conceitos de cultura e civilização (como costumam ser praticados no ocidente) no devido lugar, mostrando como são datados e localizados na emergência do poder europeu sobre o mundo, e precisam, portanto, ser repostos na sua apropriação em outros contextos culturais e históricos. De, ainda, Kwame Appiah (1997) e seus esforços para demonstrar a arbitrariedade de conceitos e análises sobre África que perpetuam lugares comuns do primitivismo e “espaços concedidos” ou insensata/convenientemente assumidos; de alguns textos de Stuart Hall (2003) e sua rejeição a “cabrestos” identitários e facilidades analíticas sobre processos culturais tão amplos como os que envolveram crescentes povos de todo o planeta nos últimos 500 anos. E de Homi Bhabha (1998) e seu compromisso com a dimensão política – tantas vezes “encoberta” – de qualquer teoria. Esses autores procuram deslocar sentidos muito arraigados e “lugares raciais”, em interpretações dos eventos e das idéias que

fundaram a hegemonia material e simbólica da modernidade ocidental e sua expansão no mundo contemporâneo.

Nosso foco aqui será: Como as “Áfricas”, tardias e sem muitos parâmetros – posto que os professores (com raras exceções, e muito recentemente) não adquirem essa formação – que vêm sendo ensinadas entre nós, interagem com a amplitude daquelas narrativas? A questão central parece-me, é: como esse ensino dialoga com expectativas e interesses de seus públicos-alvo, e que epistemologias orientam os programas e cursos? Como (e se) estas Áfricas repercutem nas narrativas mais influentes sobre a História do Brasil e nos debates candentes em torno da questão racial?

Começo por problematizar gostos ingênuos ou despercebidos em escolhas bibliográficas, e em relação aos temas escolhidos – e os “esquecidos”, escanteados – para comporem o repertório de assuntos “legítimos” para fazerem parte da implementação da lei 10.639/03. E termino revisitando Gilberto Freyre e observando como – a par da ruptura extraordinária que sua visão sobre o negro estabeleceu com a predominância do pensamento racista arianizante entre a intelectualidade brasileira nas décadas iniciais do século XX – precisa ser revisada a fidelidade a alguns de seus conceitos fundamentais, ainda tão influentes, sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Dois casos aparentemente tão distantes, para nos ajudarem a pensar sobre a dimensão da revolução cultural que pode advir da implementação da lei 10.639/03.

Simplismos e Reduccionismos

Em uma aula de História da África – num curso de extensão universitária e formação continuada para educadores – ao falar e perguntar sobre Joseph Ki-Zerbo, uma educadora se antecipou: “*Ah, aquele historiador da corrente da pirâmide invertida!*” A obra de Ki-Zerbo e qualquer contribuição daquele autor haviam sido prontamente ultrapassadas! Bastou para isso, que a jovem lesse a introdução e o primeiro capítulo do livro **Compasso de espera**: o fundamental e o acessório na crise africana, do historiador guineense Carlos Lopes, e ali conhecesse a criativa metáfora com a qual Lopes designara o papel desempenhado por Ki-Zerbo e outros membros de sua geração, em disputas político-

acadêmicas, em torno das interpretações sobre o passado e perspectivas dos povos do continente.

Pode-se ponderar que a educadora incidiu num equívoco comum em processos de aprendizagem: assumir para si própria uma crítica, por mais consistente que se mostre, sem o conhecimento direto do objeto da crítica. Mas é exatamente porque esse tipo de erro é comum que precisa ser mais apontado. Ainda mais pelo fato de que, como apontara o próprio Carlos Lopes, “é do conhecimento comum o fato da historiografia do continente africano ter sido até aqui dominada por uma interpretação simplista e reducionista da complexidade efetiva que a realidade da África apresenta”. (LOPES, 1997, p. 17). E é importante registrar que Carlos Lopes, ainda que não tenha perdido a *boutade*, demonstra respeito por Ki-Zerbo e pelos feitos de sua geração: “se hoje é possível a um historiador africano abordar a presente temática nesse prisma é porque existiram indivíduos como Ki-Zerbo, A. Ajayi, B. Ogot, T. Obenga, Tamsir Niane e Cheick Anta Diop”. (LOPES, 1997, p. 22).

A ideia, então, é interrogar sobre simplismos e reducionismos em cursos e palestras imbuídas do cumprimento da Lei 10.639/03, que buscam introduzir a História da África e História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico.

- a) Só África, ou só “História do Negro no Brasil”?
- b) Apenas aspectos “culturais” (no mais das vezes culturalistas, ou seja, encharcados de estereótipos e lugares comuns sobre o *negro*)?
- c) Abordagens *do e sobre o negro* descoladas de processos econômicos, políticos, culturais que formaram a nação e a sociedade; *o negro* visto em alteridade essencial, a despeito de interagirem todo o tempo com “a sociedade” – esta, vista como pré-existente, e capaz portanto de “absorver” *o negro*; este visto como apêndice, como um afluente ao caudal civilizatório de matrizes (ibéricas) européias;
- d) *O negro* mero objeto: do suplício, da piedade, da solidariedade!? Ou a inversão total: a heroicização romantizada do quilombo, remanescente de uma África idílica, alheia a transformações e conjunturas históricas, pairando acima de contextos sociais-políticos-econômicos;
- e) A politização total *do negro* (ou seu encaixe na política): uma história estrutural oca – sem gente dentro – *do negro: o negro* em batalhas regionais por independência; ou agregado aos títeres

do abolicionismo liberal, como Nabuco, ou “radical”, como Antônio Bento; ou às lutas de classes (ou à idealização dessas), dos partidos revolucionários, do sindicalismo indômito, e outros encaixes.

Será meramente uma questão de gosto, de afinidade conceitual e teórica a escolha de um ou a conjugação aleatória de alguns temas? Que outras coisas: interesses, posturas político-ideológicas, etc., podem estar embutidas em certas abordagens, títulos e conceitos, e em indicações bibliográficas? Ainda há lugar para reducionismos desavisados?

África, Áfricas...

Devido a currículos de formação geral e em licenciaturas e a políticas acadêmicas inteiramente voltadas para uma historiografia brasileira e a formação e desenvolvimento do mundo contemporâneo centradas na Europa, há poucos historiadores e cientistas sociais habilitados para Estudos africanos. Um mérito da lei 10.639/03 é que – como agora é Lei – “empoderou” os que desde longe (e muitas vezes à revelia, contrariando normas em comunidades escolares), de diferentes formas se dispuseram como *agentes da lei*, e se envolvem com os temas que ela preconiza; e permite distinguir os *contra a lei*, as/os que argumentam que será necessária “*uma lei para estudar a história e cultura branca ou euro-brasileira*”, e outros sofismas.

Engana-se quem pensa que não há em nosso país formação a respeito de África ou do negro/cultura negra e correlatos: evidente que há (de)formação e distorção da consciência social “habituada” a pensar sobre “essas coisas” como de menor importância, perante temas e questões vistos como mais “nobres” na formação, desenvolvimento e atualidade brasileira. Ao contrário do que muitos dos *agentes da lei* pensam, os contras: suas posturas, argumentações ostensivas ou refratárias, seus ditos e não ditos alcançaram, exatamente por sua opacidade e influência difusa, enorme importância!

Face a esse histórico de inconsciência, indiferença e descaso, é fundamental arriscar *tipificações*. O único propósito é, longe de pretensões normatizantes, ajudar a pensar o contexto crescentemente favorável e os diferentes desafios, armadilhas, caminhos, jeitos e interesses, que o constituem.

a) *Os/as poucos/as que se qualificaram*, e se habilitaram conceitual e teoricamente, a formular visões consistentes das

transformações ocorridas com, e entre, os povos do continente africano. Esses são exceções e, em geral, lidaram com certas questões ao longo da qualificação, que os/as levou a perceber e referir conexões entre Estudos Africanos e a questão racial (mesmo que não se dediquem a estudá-la), na atualidade brasileira. Entre tais pesquisadores e professores costuma haver critérios bem definidos na seleção de temas e bibliografia, na abordagem de conteúdos em crescente complexidade e adequando regionalidades e temporalidades, em África e no Brasil, investimentos em pesquisa, ensino e extensão, etc.

b) *Um amplo e variado conjunto de agentes da lei* – estes, por outros, caminhos, vêm se consolidando e adquirindo formação em maneiras e condições possíveis. Aí têm sido notáveis engajamentos, colaborações recíprocas e busca de auxílio junto aos mais experientes, para a formatação e organização de cursos e outras intervenções; e esforços de superação dos horizontes acadêmicos, profissionais e outros, que muitas vezes se apresentaram como barreiras intransponíveis. Em relação a essas e esses – e em todo lugar e práticas há exemplos sublimes – há muito a dizer: de descobertas, de emoções, de resignificações, de surpresas boas e más, da coragem de ousar, acertar, errar, e ir em frente, com seriedade, critério, “espírito aberto”!

Aqui basta dizer que estamos na luta, criando um novo campo, com tantas dúvidas quanto disposição de desdublá-las, criar outras e seguir criando, tensionando a produção de conhecimentos nas áreas de humanas e sociais, problematizando incompletudes e inconsistências nas interpretações de Brasil sem África (ou com Áfricas localizadas, estereotipadas, “prontas”, já sabidas, perenes) e sem questão racial (no máximo uma “questãozinha”, “jamais como é nos EUA ou era na África do Sul, etc, etc...”). Vale ainda o alerta para uma visão tão antiga quanto assimilada desavisadamente: “o que existe na sociedade brasileira é um *problema negro ou um problema do negro!*” Essa visão é ótima para quem não enxergava nada, mas agora, pressionado por circunstâncias, precisa enxergar alguma coisa – e aí se volta para *o negro*. Mais fácil e conveniente do que tematizar efetivamente o racismo, a construção racializada da sociedade, da nação, do Estado e da identidade nacional.

c) *Os/as que estão chegando ao campo*- Entre esses há *os/as que se apaixonam rapidamente e vão, através de variadas*

maneiras e intensidade, trilhando atalhos e se perfilando como agentes da Lei.

A demanda, a busca, o envolvimento em cursos e outros espaços e possibilidades de formação; o engajamento sincero na temática e em sua complexidade; a abertura à multiplicidade de olhares, de abordagens, esforços de produção a partir das próprias vivências e de observações em seus cotidianos; a ruptura ou no mínimo sensibilidade aguçada frente a acomodações “raciais” e “brincadeiras racistas”, comentários maliciosos e estereótipos comuns nos ambientes que frequenta; a prontidão para a discussão dos assuntos correlatos em qualquer oportunidade— tudo isso são sintomas de efetivo interesse e de transformações íntimas. São passos importantes para desalojar saberes e verdades – os currículos cristalizados e conteúdos “universalmente consagrados” – na caminhada eterna, inquieta, aberta a novas significações em torno da História e Cultura Afro-Brasileira, no que tais conceitos e referenciais constituem intrinsecamente a História do Brasil. *Práxis* que distingue a proclamação universalista – como se fosse algo pronto e acabado – da efetiva construção do universalismo, que precisa ser uma busca perene.

Mas há, também, *os/as que não conseguem superar a condição de arrivistas de última hora*: pouco se interessam, mas se aventuram pinçando informações e conteúdos, quase aleatoriamente. Nesses casos trata-se de copiar e colar: toma-se a “coisa nova”, e passa-se adiante, no ensino superior como no básico. Para estes e estas, quase sempre, o interesse maior é o incremento do próprio currículo, e condições de acesso a novos espaços acadêmicos e recursos. Não é difícil, então, posar de progressistas, de “críticos”, ficando bem com demandas de estudantes ávidos e perplexos porque não lhes era oferecido esse conteúdo.

Nem sempre é fácil separar “o joio do trigo”, mas alguns sinais são visíveis: por exemplo, no ensino de História da África o medo de mapas é um deles – ou não se usa, ou visivelmente inseguros, certos professores são surpreendidos por estudantes, por exemplo, localizando erradamente ou referindo “reinos” da África antiga em mapas políticos, como se fossem Estados nacionais pós-independências; ou vice-versa, sofrendo para localizar esses Estados nacionais em mapas físicos (que dificilmente frequentam tais aulas).

Outros sinais: primeiro, a pouca atenção (ou desconhecimento) às discussões metodológicas, historiográficas, e mesmo epistemológicas sobre a produção de conhecimentos no campo dos Estudos Africanos., e as dificuldades em ligá-los e compatibilizá-los entre si, como momentos, territórios, referências mais conhecidas de articulações de povos, de desenvolvimentos tecnológicos e seus períodos, como é habitual proceder nos “saberes consolidados” sobre a História centrada na Europa tida como a História.¹ Segundo, as poucas interrogações sobre ligações entre fatos relevantes da chamada “história universal” e a história de certos povos no continente africano, e dessas com episódios marcantes, na antiguidade africana, ou mais adiante nas agruras do tráfico Atlântico, na formação das nações nas Américas, e em reflexos ou sintomas na política, no comércio e em outros aspectos em terras brasileiras.

Apenas como exemplo, foi muito útil, em um curso de introdução à História da África e do Negro no Brasil, a utilização de “O homem medieval”, primeiro capítulo do livro **As Cruzadas**, de Zoé Oldenburg. Nele, o autor faz uma descrição do ambiente social, econômico, político e cultural de regiões do ocidente europeu, de onde saíram as primeiras Cruzadas, para combater os “*infiéis*” que dominavam Jerusalém – a “*Terra Santa*”. Interessante e útil, porque ilustra questões referidas no parágrafo anterior: aparece a pobreza material da Europa medieval por volta do século X, conjugada à precariedade dos costumes e do cotidiano daquelas populações, mesmo de castas dirigentes, o que costuma ser visto como exclusividade do *primitivismo* “africano”. A leitura daquele texto deu um colorido especial à discussão das narrativas de Ki-Zerbo, de John Fage, e de trechos extraídos de escritos de aventureiros e estudiosos Árabes sobre a epopéia e as características dos “reinos” de Gana, Mali e Songhai, no noroeste africano, mais ou menos na mesma época.

O problema é a regra

Cada um desses problemas comuns em abordagens incipientes dos estudos africanos merece mais atenção. O medo dos mapas só é compreensível se decorre da falta de interesse genuíno de aprender sobre o continente, suas dimensões, características físicas e culturais; e em superar preconceitos e lugares comuns: é recorrente (quase uma anedota pairando sobre professores de Geografia) a dificuldade de explicar que o Egito

“não faz parte da África”. Ao mesmo tempo, isso que gera insegurança costuma “facilitar” a tendência a identificar duas Áfricas: uma “branca”, outra “negra”, desconhecendo ou dando pouca importância às redes de comércio que ligam, desde remota antiguidade, o mediterrâneo, áreas e povos sub-saarianos, e regiões orientais.

Também a apressada e “fácil” localização dos limites “étnicos” de povos “sudaneses” e “bantos” refletem, no mais das vezes, descuido ou desconhecimento da complexidade de interações entre povos: migrações de todos em diversos sentidos, vastidão e diversidade de territórios e culturas a elas associadas. E deixam de lado a cautela que é preciso ter na identificação de purezas lingüísticas (o que quer que isso signifique!) e tantas vezes entremeadas e recriadas, desde longe, permitindo a intersecção, ou o domínio simultâneo de muitas línguas como fato comum aos povos em amplas regiões.

Outra questão é acintosa: o Egito é pensado e descrito apenas em si, o povo do delta do Nilo, os faraós... E quanto aos vigorosos e longevos processos sociais, políticos, culturais endógenos naquela vasta região do nordeste do continente africano, constitutivos dos avanços da civilização egípcia – segundo a gênese bíblica Moisés, em sua fuga, não atravessou o deserto, encontrou Jetro e seu povo de tez escura, adquiriu iniciação espiritual e sabedoria para voltar e resgatar o povo de Israel? Apenas povos mediterrâneos terão disputado/partilhado hegemonia no Cairo e Alexandria? Que “egípcios” teriam, diversas vezes, resgatado de “estrangeiros” a hegemonia territorial e cultural? Isso não teria nada a ver com as interações milenares entre os impérios do delta e os do interior na longa extensão do vale do Nilo e regiões adjacentes? A recuperação histórica da civilização grega na “antiguidade clássica” menospreza tantas coisas que constituem suas próprias referências, mas que jazem quase apagadas nos resumos ou “apresentações didáticas”.

Dada a incipiência e a importância dessas discussões entre nós vale expor mais longamente a contribuição de Elikia M’Bokolo, na parte I do livro **África Negra: História e Civilizações**, tomo I. Tratando de heranças africanas, esse autor discute extensamente a historicidade e características de organização dos povos do nordeste africano e suas relações remotas com os processos históricos no delta do Nilo, com outros povos mediterrâneos, e as articulações que se davam através,

também, do oceano Índico. E aponta a questão das fontes e as dificuldades epistemológicas inerentes ao que chamou “*O imbróglio do Egito faraônico*”. Apresentando e analisando fontes antigas, M’Bokolo demonstra a “*racialização da questão egípcia*”, identificada desde os escritos de um historiador francês Constantin-François de Volney, nos finais do século XVIII. Para este autor, os preconceitos de seus contemporâneos sobre o povoamento do Egito faraônico decorriam da nova relação de forças estabelecida entre os europeus e os africanos. Volney escreve:

O fato que o Egito oferece à história permite um grande numero de reflexões à filosofia. Que tema de meditação, ver a barbárie e a ignorância atual dos coptas, resultante da aliança do gênio profundo dos egípcios e do espírito brilhante dos gregos; pensar que essa raça de homens negros, hoje nossos escravos e objeto de nosso desprezo, é essa mesma à qual devemos as nossas artes, as nossas ciências e até o uso da palavra... .(VOLNEY, apud M’BOKOLO, 2009, p. 62).

Conforme M’Bokolo, os escritos de Volney geraram reações dos que pretendiam que os antigos egípcios só poderiam ser brancos, de acordo com as visões sobre as origens das raças humanas. Elas seriam, então, capitaneadas, nos inícios do século XIX, por Jacques-Joseph Champollion-Figeac, irmão e editor do decifrador dos hieróglifos. Os cuidados teóricos e metodológicos de M’Bokolo são ótimos conselheiros para o ensino de História da África. De suas análises, assim como de outros que o antecederam, resta a visão de que não é possível distinguir exatamente aportes e perdas nas trocas intensas e milenares nas civilizações mediterrâneas e de regiões adjacentes. É como se uma linha evolucionar virtual pairasse uma vez por sobre cada povo, e conduzisse a genialidade daqui para alí: dos egípcios para os gregos, desses para Roma, etc.

Levy-Strauss, em famoso texto, **Raça e história**, escrito em 1952 por solicitação da UNESCO, afirma que civilização jamais é produto exclusivo de um povo, muito menos de uma raça, mas a otimização e recriação de maneira tecnologicamente mais avançada por uma determinada sociedade, de recursos, saberes, valores, disponíveis, em suas “redes” de contatos próximos ou distantes. Contrariando essa visão em versões mais influentes de histórias das Civilizações mediterrâneas, povos africanos (o Egito

é, mas não é África!) e do médio oriente são os “outros”, e os do extremo oriente parecem ser de outro planeta.²

Desafios de superação: a ausência de Ki-Zerbo, um exemplo

É possível a um curso de África na atualidade brasileira prescindir de discussão historiográfica, sobre fontes e metodologias e, mesmo, epistemológicas? Evidente que pode. É só desconhecer deliberadamente (são inaceitáveis ingenuidades!):

- a) Que já bem entrado o século XXI travavam-se polêmicas teóricas e editoriais procurando um jeito de incluir – então não havia?! – África nos livros didáticos;
- b) Que só recentemente não dá mais para contar nos dedos das mãos as universidades públicas em todo o Brasil onde houve concurso para admissão de professores de História da África;
- c) Que a História da África, quando aparecia em graduações ou pós-graduações, com as sempre raras e honrosas exceções, resultava exclusivamente de esforços dos próprios professores, tantas vezes “contra a maré”;
- d) Que visões e estruturas dissidentes ou inovadoras no campo acadêmico – o caso dos NEABs³ são emblemáticos – precisaram de muito tempo, muita luta política, e de alianças mais ou menos assumidas com setores do Movimento Social, para emergirem em tais espaços;
- e) Que foi preciso uma lei para que “caísse o véu!” e todos soubessem que a universidade “estava nua”: não tratava “desses temas” e, muito menos, formava gente suficiente para que a lei (e ainda há quem a conteste!) fosse cumprida.

A respeito, vale alongar mais uma reflexão: noto a ausência de Joseph Ki-Zerbo em referências bibliográficas atuais, de cursos, de textos... Varia o que ouço ao inquirir das razões: de um silêncio e/ou vagas explicações, à convicção de que “seu trabalho foi superado”. É compreensível (ainda que questionável) a postura da educadora naquele curso, mas entre professores que se dispõem a formar educadores é preciso interrogar: está superado, no Brasil, o programa de estudos que ele apresenta na sua “Introdução – As tarefas da História na África”, no livro **História da África Negra?**

Para responder é fundamental considerar o ambiente político e político-acadêmico em que vem se dando a conquista, entre outros e entre nós, dos Estudos Africanos: a inarredável

conexão com o incremento (quase se poderia dizer efetiva fundação) desse campo e a conjuntura de agudos debates sobre a questão racial. E a consciência de que tal emergência decorre de pressões políticas sobre a academia, sobre a institucionalidade hegemônica e sobre o vasto universo sócio-cultural no Brasil.

Aqui, com a vantagem de observar o que ocorreu nesse campo de estudos nos últimos quarenta anos, não será oportuno reler especialmente a última parte da Introdução, “A concepção de História?”

O historiador de África, sem ser um mercador de ódio, deve dar à opressão do tráfico de escravos e à exploração imperialista o lugar que elas realmente ocuparam na evolução do continente e que tantas vezes e tão habilmente é minimizado por certos historiadores europeus, com resultados terríveis para a mentalidade dos jovens africanos que nos bancos das escolas se alimentaram desses manjares envenenados... Os melhores historiadores reconhecem também que ser historiador é escolher o seu tema, os seus centros de documentação, as suas fontes, os seus argumentos, a sua apresentação, o seu estilo... e o seu público. Todos esses fatores de eleição, sem contar com a força violenta e obscura do sub-consciente e com o peso sutil do ambiente social e dos preconceitos, mostram bem a parte de subjetividade do trabalho histórico. A partir do momento em que escolhe todos esses escalões o historiador procura não somente a Verdade, mas a “sua” verdade. Foi por essa razão que os maiores historiadores sempre tomaram partido nos seus livros, como na sua vida. O grande Prof Marc Bloch, fuzilado pelos nazis, é um exemplo entre muitos outros.... A história deve ser viva e escrita sobretudo para os jovens, na idade em que a imaginação constrói sonhos que moldam as almas para a vida. É preciso que o jovem africano ouça piafar e relinchar os cavalos levados pela fúria religiosa dos talibés de Usman dan Fódio. É preciso que respire a atmosfera sufocante dos porões dos navios negreiros e ouça encapelarem-se à sua volta as vagas do oceano por onde seguem o carregamento de escravos... A história da África não será escrita por frenéticos da reivindicação. Sê-lo-á menos ainda pelos diletantes sem simpatia, desejosos simplesmente, na melhor das hipóteses, de preencherem os seus lazeres de cidadãos de países superdesenvolvidos. Será escrita por não africanos que tenham posto de lado a libré imperial dos “civilizadores” para tomarem a vestimenta mais modesta, mas muito mais bela, do humanista. Homens desses são nossos amigos e, ao mesmo tempo, amigos da verdade. (KI-ZERBO, p. 34-35:38).